

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

longo de 2018, liderando o crescimento e reforçando sua já destacada posição de mercado. Na banda "ultrabroadband" (acima de 34 Mbps) alcançamos 4,4 milhões de acessos, uma sólida liderança com 54,5% de participação de mercado no segmento e capturando 82% do crescimento no ano, equivalente a mais de 2,3 milhões de clientes. No mesmo período, a NET lançou um conjunto de soluções com o objetivo de ampliar o alcance do sinal da internet. Com esse novo conjunto de produtos e serviços, a NET reforça seu objetivo de ser referência para conectividade doméstica e de pequenas e médias empresas. Em TV por assinatura, seguimos lider de mercado ampliando nossa biblioteca de conteúdo e adicionando novos recursos focados em melhorar a experiência e qualidade do cliente, com conteúdo HD e 4K. Clientes com Pay TV da NET agora têm acesso a um novo recurso - o Virtual Recorder (DVR na nuvem), através do qual eles podem gravar programas de seu programa na "nuvem", evitando o uso do "top box" e permitindo acesso a qualquer lugar através de aplicativos móveis. Seguimos com nosso foco em ofertas convergentes, estimulando a oferta combinada de produtos fixos e móveis através do nosso Combo, com benefícios claros para os clientes que assinam nossos serviços em casa ou no celular simultaneamente. Essa estratégia fortaleceu o crescimento de nossa base de clientes convergentes, que cresceu mais de 16% no ano. **Satélites de Comunicações:** A Companhia atua no mercado satélite de duas formas: com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes (circuitos para dados e voz, internet e televisão) e através de sua Unidade Embratel Star One, anteriormente Star One S.A., incorporada à Claro S.A. em 2018, fornecendo capacidade satélite para diferentes aplicações como televisão (Banda C e Banda Ku), redes em banda larga e telefonia, no âmbito do Brasil e América Latina. Em 2017 a empresa assinou contrato para a construção de um novo satélite, o Star One D2 com previsão de ser lançado até o final de 2019. O D2 será equipado com Banda Ka para atender às demandas de backhaul de telefonia celular, Plano Nacional de Banda Larga e mercado corporativo. Também será equipado com as bandas C e Ku, complementando as ofertas de capacidade para demandas de dados, vídeo e internet de clientes corporativos e governo, além de ampliar as redes de backhaul celular existentes em Banda Ku. O Star One D2 ocupará a posição orbital de 70° W e também garantirá a continuidade dos serviços em Banda C e Ku do Star One D2, incluindo TV por assinatura. O novo satélite atenderá a órgãos do Governo e grandes empresas que atuam no Brasil e em todas as Américas do Sul e Central, incluindo o México. O alcance das novas coberturas do satélite Star One D2 se soma a dois satélites já em operação, Star One C4 e D1, refletindo a visão da empresa em expandir negócios de provimento de capacidade satélite em toda a América Latina fortalecendo sua posição de liderança regional. Completamos a frota atual da Embratel Star One com os satélites Star One C1, C2, C3, C12 e BrasilSat D4. **Sector de Telecomunicações Regulatório:** A Companhia, através de suas controladas, desenvolve atividades sujeitas a regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Ao longo de 2018 foram publicados importantes regulamentos como a ampliação dos limites de radiodifusão por operadora, assim como novo regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências (PPDUJ) com nova fórmula de cálculo do valor a ser pago pela prestadora que tem como base os custos administrativos, levando em consideração a capacidade e cobertura da faixa, a população e a área geográfica da autorização, o tempo da outorga e o serviço a que se destina. A Companhia emitiu máximos esforços no atendimento das obrigações regulatórias e ampliação das oportunidades de desenvolvimento do setor, sendo, ao final de 2018, obtido junto com os demais membros do GIRED (Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV) a liberação da faixa de 700MHz para implementação do LTE em 4.667 municípios. **4 - Governança Corporativa:** Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Companhia e suas controladas, particularmente seus acionistas. Para isso, a Claro S.A. dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Políticas, Normas, Atas de Reunião e Código de Ética, entre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acionista o processo decisório de forma transparente. **Atendimento à Lei Sarbanes Oxley (SOX)** - a Companhia mantém nível adequado dos controles internos e, na condição de investidor relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE, no cumprimento das exigências da Lei SOX. A Administração da Claro S.A. avalia que a aplicação das exigências da SOX traz relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribui para a sedimentação da cultura de controles internos. **Conselho de Administração** - é composto por 7 membros, todos eleitos em Assembleia Geral. **Código de Ética** - reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho, conduta organizacional, missão, visão, valores e princípios integrados no Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Código de ética também está alinhado com a Lei Brasileira Anticorrupção nº 12.846/2013 e a Lei Americana Anticorrupção FCPA. O Comitê de Ética se reúne periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas. **5 - Investimentos: Investimentos no País:** A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços focados sempre na inovação e no desenvolvimento tecnológico. Em 2018, a Companhia investiu R\$10.398 milhões. A maior parcela dos investimentos foi direcionada para atender a investimentos em infraestrutura de rede e TV por Assinatura. Os outros investimentos relevantes foram direcionados para atender a expansão de infraestrutura e serviços locais, satélites, serviços de dados e internet, tecnologia da informação e call center. **6 - Desempenho Financeiro:** A partir de 1º de janeiro de 2018 passou a vigorar uma nova norma contábil, que alterou principalmente alguns critérios de reconhecimento de receitas e despesas comerciais (IFRS 15). Por essa razão, os resultados financeiros aprovados sob esta nova norma não são totalmente comparáveis aos divulgados em anos anteriores.

RS Milhões	4T18	3T18	Δ	12M18
Receita líquida Total	8.045,7	8.216,8	-2,1%	32.280,8
Serviços	7.568,1	7.802,3	-3,0%	30.582,6
Receita Móvel	2.447,1	2.402,8	1,8%	9.289,4
Receita fixa e Outros	5.121,0	5.399,5	-5,2%	21.293,2
Aparelhos	332,4	276,8	20,1%	1.103,9
Interconexão	145,1	137,7	5,4%	594,3
EBITDA	3.466,8	3.332,6	4,0%	12.389,1
Margem EBITDA	43,1%	40,6%	2,5 p.p.	38,4%

A receita líquida total do quarto trimestre de 2018 diminuiu 2,1% em relação ao terceiro trimestre deste ano. A receita de serviços móveis cresceu 1,8% no quarto trimestre de 2018 em relação ao terceiro trimestre deste ano. Destaque para a receita de serviços pós-pago, impulsionada por planos com voz limitada, internet de alta qualidade e serviços digitais, como Claro Música e Claro Vide, de alto valor agregado. Na receita fixa, diminuiu 5,2% no quarto trimestre de 2018 em relação ao terceiro trimestre deste ano. Estamos focados em diversos projetos de transformação, orientados para o digital e uma melhor

experiência do cliente, o que nos permitirá alcançar maior eficiência de custos e seguir com melhoria contínua de margem. O EBITDA do quarto trimestre de 2018 está impactado positivamente por resultado de ações judiciais relacionadas aos tributos PIS e COFINS, parcialmente compensado pelos efeitos negativos não recorrentes de algumas provisões e baixa de alguns ativos operacionais. **7 - Responsabilidade Social: Instituto NET Claro Embratel e Responsabilidade Social Corporativa:** O Instituto NET Claro Embratel é responsável pelas ações de Responsabilidade Social das marcas NET, Claro e Embratel. Alinhando serviços e ações sociais para criar experiências que possam transformar para melhor a vida das pessoas, o Instituto NET Claro Embratel, segue acreditando que conexão é uma palavra-chave para transformar o mundo. Utilizando as tecnologias de informação e de comunicação conectamos pessoas e comunidades, formando pontes para o crescimento e para o entretenimento e são também importantes ferramentas no desenvolvimento humano e social. Os projetos e iniciativas do Instituto são direcionados para três pilares - educação, cidadania e cultura. Educação: Educucon®: levando internet de qualidade e TV por assinatura para escolas, capacitando professores para o uso de novas tecnologias digitais em sala de aula e oferecendo conteúdo atualizado e exclusivo on-line. Inova@: o incentivo ao empreendedorismo de jovens e startups ligados a soluções mobile, investindo no desenvolvimento do mercado audiovisual brasileiro e na formação profissionalizante em telecomunicações. Cidadania: Os projetos valorizam o desenvolvimento humano e incentivam a participação dos colaboradores da Claro e Embratel em ações sociais, preservando o meio ambiente e buscando desenvolver as comunidades de baixa renda onde a empresa atua. Cultura: Com o objetivo de trazer arte e cultura para mais pessoas, o Instituto incentiva a formação de plateia e o acesso à cultura com patrocínio de shows, teatros, cinema e diversas iniciativas culturais. Em 2018, o Instituto NET Claro Embratel foi o vencedor regional do 44º Prêmio E scola. O projeto "E scola" foi selecionado na categoria Comunicação e Relacionamento com a Sociedade pela região ES/RJ. O Dupla Escola - é um programa de formação profissionalizante que integra ensino médio e técnico em telecomunicações. Firmou parceria com o Fundo das Nações Unidas - Unicef, para combater distorção idade-série que é um problema que atinge 7 milhões de jovens estudantes no país, principalmente negros e indígenas. A intenção é construir uma rede que combata o problema nas escolas por meio de um veículo digital que disponibiliza dados da escolaridade nos ensinos médio e fundamental. Além do monitoramento, a ferramenta pretende identificar boas práticas de ensino e criar novas parcerias com a sociedade civil para beneficiar estudantes e professores. O Instituto NET Claro Embratel lançou novo site na internet. Lançado em 2018, nosso portal do Instituto traz uma cobertura aprofundada e atualizada de questões relacionadas às áreas de educação e cidadania com arquitetura desenhada para oferecer a melhor experiência para o visitante, navegando intuitiva, conteúdo exclusivo no grupo, o Instituto NET Claro Embratel democratiza o acesso à informação de qualidade e pela plataforma digital potencializa seu alcance. O Instituto NET Claro Embratel apóia o Informativo 2018 que oferece canal para clientes NET HD realizar doações diretamente pelo controle remoto: Todos os anos, o SBT e a AACD realizam o Telenovela, programa de televisão que, durante dois dias seguidos, tem o objetivo de sensibilizar o público e arrecadar doações para a instituição voltada a crianças com deficiência. Referência no tratamento de pessoas com deficiência física, a Associação de Assistência à Criança Deficiente utiliza as doações para manutenção e continuidade das 14 unidades distribuídas pelo Brasil. **Parceria Inedita com o Unicef: Usa inteligência de dados no combate à epidemia Zika:** A partir de dados coletados pela equipe de inteligência da Claro e seu sistema de informações geográficas e analíticas, o Unicef pôde observar o fluxo de deslocamento das pessoas entre cidades onde há surto da doença e impedir que ele adquira uma proporção maior. Nessa parceria, mantém-se um sigilo absoluto sobre dados pessoais, sendo transmitidos apenas informações coletivas e tendências. A parceria permitiu identificar mais rapidamente as áreas infetadas e os possíveis novos focos da epidemia para que se estude as melhores formas de combate ao vírus. Por apresentar resultados tão expressivos, o uso de inteligência de dados será cada vez mais importante para a América Latina e terá um presente no compromisso que o Instituto NET Claro Embratel tem com os brasileiros. É a primeira vez que uma empresa de telecomunicações contribui com o Unicef no país para evitar que a epidemia ganhe uma escala maior. Instituto NET Claro Embratel e Casa Redonda realizam o Seminário NETLABTV: A terceira edição do Seminário NETLABTV foi realizado em abril por iniciativa do Instituto NET Claro Embratel, em parceria com a Casa Redonda. O evento abordou temas relacionados às barreiras da criação de novas séries brasileiras, as possibilidades de diálogo de produtores brasileiros com o mercado latino-americano e os desafios na formação de novos roteiristas. A programação trouxe seminários, mesa-redonda, masterclasses e contou com a presença de profissionais nacionais e internacionais do mercado audiovisual. O primeiro debate também trouxe à tona uma conversa sobre políticas públicas no audiovisual. Em 2018, programa Educucon chegou a mais sete cidades brasileiras: O programa Educucon, que oferece capacitação e formação de professores da rede municipal de ensino para o uso de tecnologia em sala de aula, cresceu e chegou a sete novas cidades em 2018. No período, 300 escolas receberam internet banda larga e TV por assinatura, 345 professores foram capacitados em uso de novas tecnologias em sala de aula pelo Instituto Crescer, nosso parceiro técnico no projeto. A estimativa é que 9.600 alunos foram beneficiados. Em suas formações, professores recebem conteúdos e ferramentas para preparar o educador para o uso de tecnologias que auxiliem o processo de aprendizagem. Entre as práticas pedagógicas abordadas, esteve o uso de celular em sala de aula, produção de materiais para aula e apresentações em slides. Após a conclusão, os participantes recebem um certificado emitido pelo Instituto Crescer, parceiro técnico do Instituto NET Claro Embratel, e pela secretaria municipal da cidade onde o curso é realizado. Desde que surgiu, em 2011, a iniciativa já beneficiou mais de 1.400 escolas, 1.900 professores e 54.000 alunos, em 44 cidades de 17 estados do país. **9 - Recursos Humanos:** Valorizar as pessoas é uma das premissas para manter um ritmo de crescimento sustentável. Principalmente, para alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos pelo negócio. Em um ambiente de movimentos rápidos e constantes como o de telecomunicações, as pessoas precisam ser identificadas com a essência, com o propósito da empresa, e estar preparadas para traduzir a leitura dos cenários e oportunidades em planos de ação efetivos. A Claro Brasil leva isso em alto e bom tom, e por isso, a área de Recursos Humanos tem um papel decisivo no modelo de gestão. O ano de 2018 foi um ano marcante na trilha de consolidação da Claro Brasil em uma empresa unificada e integrada, com uma cultura forte que vai se desenhando. Para guiar e impulsionar esse movimento, a área de Recursos Humanos promoveu transformações importantes nos processos de atração e retenção de talentos, equalização de benefícios, comunicação, treinamento e desenvolvimento de talentos. O primeiro debate também trouxe à tona uma conversa sobre a Transformação, programa de desenvolvimento da liderança de alto impacto que capacita presencialmente 3 mil gestores entre diretores, gerentes e coordenadores de todo o país. Construído de acordo com as necessidades do negócio, prepara o líder para ocupar o papel de protagonista e montar equipes de alto desempenho focadas na missão e visão estratégica da empresa. Ao implementar iniciativas como essa, e promover ações que contribuam com o "orgulho de pertencer", o RH pavimentou o caminho para as inovações e transformações que vão levar a Claro Brasil à posição de admirada pelos clientes e investidores, principalmente, para alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos pelo negócio. Em um ambiente de relacionamentos, o trabalho profissional e dedicado dos funcionários de todas as empresas controladas por esta Companhia, a confiança de nossos clientes, o apoio dos acionistas, dos governos, dos nossos fornecedores e a parceria de toda a comunidade.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)					
Notas	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	62.844	102.256	92.114	152.206
Contas a receber, líquido	5	4.733.119	5.220.734	4.804.252	5.367.654
Partes relacionadas	15	3.913.930	1.206.874	2.498.345	1.250.352
Estoque	6	338.360	360.126	311.121	396.257
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	2.810.966	462.788	2.875.117	534.105
Despesas antecipadas	3.2	768.119	-	781.853	-
Outros ativos contratuais	3.2	262.932	-	262.932	-
Outros ativos		203.709	244.760	230.161	290.430
		13.093.979	7.597.538	11.875.895	7.991.004
Não circulante					
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	1.739.321	1.801.350	1.750.587	1.827.844
Tributos diferidos, líquidos	7.2	7.456.970	8.106.369	7.518.723	8.224.345
Depósitos judiciais	14	3.288.027	3.118.151	3.298.716	3.134.368
Partes relacionadas	15	20.893	-	20.893	-
Ativos	16	393.675	220.258	393.675	220.258
Despesas antecipadas	3.2	901.583	-	919.530	-
Outros ativos contratuais	3.2	21.951	-	21.951	-
Outros ativos		156.947	154.786	158.287	169.113
Investimentos	8	1.322.424	2.234.534	19	19
Intangível	9	32.399.069	26.832.465	33.309.853	30.010.349
Imobilizado	10	10.329.562	10.869.522	10.382.865	10.991.003
Intangível		58.009.529	53.358.328	57.754.206	54.577.299
Total do ativo		71.103.508	60.955.866	69.630.101	62.568.303

Passivo e patrimônio líquido					
Notas	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	11	10.491.733	6.826.518	10.812.871	7.125.162
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	2.480.464	378.525	2.480.464	383.540
Obrigações fiscais, líquidas	13	112.752	135.847	160.837	185.711
Provisões	15	424.944	381.202	431.202	431.202
Partes relacionadas	15	6.041.790	2.754.773	3.916.872	2.404.621
Receitas diferidas		79.029	73.238	79.029	73.420
Passivo atuarial	16	16.216	21.340	16.216	21.340
Outras obrigações		441.663	388.403	469.828	428.176
		20.088.589	10.959.936	18.374.633	11.021.375
Não circulante					
Fornecedores	11	342	342	342	342
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	2.601.198	2.855.261	2.601.198	3.855.261
Obrigações fiscais, líquidas	13	145.018	149.215	145.177	149.744
Tributos diferidos, líquidos	13	-	-	-	271.720
Provisões	14	1.718.193	7.347.821	1.718.607	7.358.778
Partes relacionadas	15	24.221.617	25.271.446	24.495.157	25.539.445
Passivo atuarial	16	1.486.564	1.240.122	1.486.876	1.241.586
Receitas diferidas		151.032	123.088	151.032	123.265
Outras obrigações		122.346	34.850	77.243	34.877
		35.906.310	37.022.145	36.163.632	38.573.016
Patrimônio líquido	17				
Capital social		18.722.518	18.722.518	18.722.518	18.722.518
Reserva de capital		1.219.759	1.219.759	1.219.759	1.219.759
Reserva de lucros		(8.090)	(8.090)	(8.090)	(8.090)
Reservas resultados abrangentes		(195.551)	(176.571)	(195.551)	(176.571)
Prejuízos acumulados		(4.630.027)	(6.783.831)	(4.630.027)	(6.783.831)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		15.108.609	12.973.785	15.108.609	12.973.785
Participação dos acionistas não controladores		-	-	227	127
Total do patrimônio líquido		15.108.609	12.973.785	15.108.636	12.973.912
Total do passivo e patrimônio líquido		71.103.508	60.955.866	69.630.101	62.568.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)					
Notas	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Receita operacional, líquida	18	29.502.516	30.544.999	32.280.757	31.902.047
Dusto dos serviços prestados e mercadorias vendidas	19	(19.433.535)	(19.277.652)	(19.923.232)	(19.850.940)
Despesas comerciais	19	(6.912.146)	(7.176.759)	(6.966.382)	(7.254.127)
Despesas gerais e administrativas	19	(2.266.587)	(3.616.226)	(2.322.744)	(3.698.037)
Resultado de equivalência patrimonial	8	448.382	325.279	(30)	(39)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	3.316.629	843.992	1.853.194	1.771.148
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		4.657.259	1.642.723	4.921.563	1.870.526
Provisão para variações cambiais	20	(4.672.412)	(2.408.307)	(4.672.412)	(4.672.412)
Despesas financeiras	20	(4.629.520)	(4.208.577)	(4.664.793)	(4.290.175)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.795.151	(2.104.545)	2.020.156	(1.979.472)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(477.394)	(79.038)	(624.413)	(91.584)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	49.048	(136.357)	(28.735)	683.769
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.366.805	(1.387.426)	1.367.008	(1.387.287)
Atribuível aos acionistas controladores		1.366.805	(1.387.426)	1.366.805	(1.387.426)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	203	139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)					
Notas	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.366.805	(1.387.426)	1.367.008	(1.387.287)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes		-	-	-	-
Ganho (perda) na atualização do plano de benefício		(28.579)	155.819	(28.579)	155.819
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho (perda) na atualização do plano de benefício		9.717	(52.978)	9.717	(52.978)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício:					
Total de variação cambial sobre investimento líquido no exterior		(118)	(1.264)	(221)	(1.264)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		(18.998)	493.447	(19.095)	10.577
Resultado líquido abrangente do exercício		1.347.825	(1.285.849)	1.347.913	(1.285.710)
Atribuível aos acionistas controladores		1.347.825	(1.285.849)	1.347.825	(1.285.849)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	100	139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)					
Notas	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.366.805	(1.387.426)	1.367.008	(1.387.287)	
Ajuste para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	7.267.525	7.306.474	7.467.535	7.678.820	
Tributos diferidos, líquidos	(49.048)	(736.157)			



—☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a ocorrência de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32. A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprevisíveis, não há data limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura. A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com ofertas de maior valor agregado gerando disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais. As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e operacionais, considerados no encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2018. Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena recuperação destes ativos dentro do prazo estipulado na Instrução Normativa CVM 317/2002. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido	2.858.752	1.040.432	3.899.184	2.993.906	1.088.933	4.082.839
Prejuízos fiscais	933.322	335.276	1.268.598	803.698	289.331	1.093.029
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.288.019	463.687	1.751.706	741.766	267.036	1.008.802
Tributos com exigibilidade suspensa	448.809	161.571	610.380	960.973	345.950	1.306.923
Crédito fiscal incorporado (1)	308.583	111.090	419.673	410.826	147.897	568.723
Plano atuarial	371.156	133.616	504.772	-	-	-
Outras diferenças temporárias	666.812	240.052	906.864	719.401	258.984	978.385
	6.873.453	2.485.724	9.359.177	6.630.570	2.398.131	9.028.701

	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido	2.871.223	1.044.964	3.916.187	3.044.112	1.107.050	4.151.162
Prejuízos fiscais	933.649	336.114	1.269.763	807.274	290.619	1.097.893
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.289.944	464.382	1.754.331	742.800	267.408	1.010.208
Tributos com exigibilidade suspensa	450.858	162.309	613.167	963.022	346.688	1.309.710
Crédito fiscal incorporado (1)	308.583	111.090	419.673	410.826	147.897	568.723
Plano atuarial	371.156	133.616	504.772	-	-	-
Outras diferenças temporárias	707.676	254.763	962.439	755.675	272.043	1.027.718
	6.933.094	2.507.238	9.440.332	6.723.709	2.431.705	9.155.414

	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido	2.871.223	1.044.964	3.916.187	3.044.112	1.107.050	4.151.162
Prejuízos fiscais	933.649	336.114	1.269.763	807.274	290.619	1.097.893
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.289.944	464.382	1.754.331	742.800	267.408	1.010.208
Tributos com exigibilidade suspensa	450.858	162.309	613.167	963.022	346.688	1.309.710
Crédito fiscal incorporado (1)	308.583	111.090	419.673	410.826	147.897	568.723
Plano atuarial	371.156	133.616	504.772	-	-	-
Outras diferenças temporárias	707.676	254.763	962.439	755.675	272.043	1.027.718
	6.933.094	2.507.238	9.440.332	6.723.709	2.431.705	9.155.414

	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido	2.871.223	1.044.964	3.916.187	3.044.112	1.107.050	4.151.162
Prejuízos fiscais	933.649	336.114	1.269.763	807.274	290.619	1.097.893
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.289.944	464.382	1.754.331	742.800	267.408	1.010.208
Tributos com exigibilidade suspensa	450.858	162.309	613.167	963.022	346.688	1.309.710
Crédito fiscal incorporado (1)	308.583	111.090	419.673	410.826	147.897	568.723
Plano atuarial	371.156	133.616	504.772	-	-	-
Outras diferenças temporárias	707.676	254.763	962.439	755.675	272.043	1.027.718
	6.933.094	2.507.238	9.440.332	6.723.709	2.431.705	9.155.414

	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido	2.871.223	1.044.964	3.916.187	3.044.112	1.107.050	4.151.162
Prejuízos fiscais	933.649	336.114	1.269.763	807.274	290.619	1.097.893
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.289.944	464.382	1.754.331	742.800	267.408	1.010.208
Tributos com exigibilidade suspensa	450.858	162.309	613.167	963.022	346.688	1.309.710
Crédito fiscal incorporado (1)	308.583	111.090	419.673	410.826	147.897	568.723
Plano atuarial	371.156	133.616	504.772	-	-	-
Outras diferenças temporárias	707.676	254.763	962.439	755.675	272.043	1.027.718
	6.933.094	2.507.238	9.440.332	6.723.709	2.431.705	9.155.414

	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido	2.871.223	1.044.964	3.916.187	3.044.112	1.107.050	4.151.162
Prejuízos fiscais	933.649	336.114	1.269.763	807.274	290.619	1.097.893
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.289.944	464.382	1.754.331	742.800	267.408	1.010.208
Tributos com exigibilidade suspensa	450.858	162.309	613.167	963.022	346.688	1.309.710
Crédito fiscal incorporado (1)	308.583	111.090	419.673	410.826	147.897	568.723
Plano atuarial	371.156	133.616	504.772	-	-	-
Outras diferenças temporárias	707.676	254.763	962.439	755.675	272.043	1.027.718
	6.933.094	2.507.238	9.440.332	6.723.709	2.431.705	9.155.414

	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido	2.871.223	1.044.964	3.916.187	3.044.112	1.107.050	4.151.162
Prejuízos fiscais	933.649	336.114	1.269.763	807.274	290.619	1.097.893
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.289.944	464.382	1.754.331	742.800	267.408	1.010.208
Tributos com exigibilidade suspensa	450.858	162.309	613.167	963.022	346.688	1.309.710
Crédito fiscal incorporado (1)	308.583	111.090	419.673	410.826	147.897	568.723
Plano atuarial	371.156	133.616	504.772	-	-	-
Outras diferenças temporárias	707.676	254.763	962.439	755.675	272.043	1.027.718
	6.933.094	2.507.238	9.440.332	6.723.709	2.431.705	9.155.414

	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido	2.871.223	1.044.964	3.916.187	3.044.112	1.107.050	4.151.162
Prejuízos fiscais	933.649	336.114	1.269.763	807.274	290.619	1.097.893
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.289.944	464.382	1.754.331	742.800	267.408	1.010.208
Tributos com exigibilidade suspensa	450.858	162.309	613.167	963.022	346.688	1.309.710
Crédito fiscal incorporado (1)	308.583	111.090	419.673	410.826	147.897	568.723
Plano atuarial	371.156	133.616	504.772	-	-	-
Outras diferenças temporárias	707.676	254.763	962.439	755.675	272.043	1.027.718
	6.933.094	2.507.238	9.440.332	6.723.709	2.431.705	9.155.414

	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido	2.871.223	1.044.964	3.916.187	3.044.112	1.107.050	4.151.162
Prejuízos fiscais	933.649	336.114	1.269.763	807.274	290.619	1.097.893
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.289.944	464.382	1.754.331	742.800	267.408	1.010.208
Tributos com exigibilidade suspensa	450.858	162.309	613.167	963.022	346.688	1.309.710
Crédito fiscal incorporado (1)	308.583	111.090	419.673	410.826	147.897	568.723
Plano atuarial	371.156	133.616	504.772	-	-	-
Outras diferenças temporárias	707.676	254.763	962.439	755.675	272.043	1.027.718
	6.933.094	2.507.238	9.440.332	6.723.709	2.431.705	9.155.414

(1) Benefício fiscal oriundo de amortização do ativo verificado da incorporada NET. Conforme instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICPC09 (R1) emitido pelo CPC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica demonstrada "Reserva Especial de Ágio" no patrimônio líquido no montante de R\$975.023, em 31 de dezembro de 2014. (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Judicial Ltda., Big TV, ESC 90 e BrTel. (3) Depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018, conforme nota 8. Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

Ano	Controladora (*)			Consolidado (*)		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2019	5.444.053	2.012.580	7.456.633	1.603.737	1.629.322	3.233.059
2020	623.259	224.371	847.630	1.383.877	1.381.326	2.765.203
2021	(145.511)	(52.383)	(197.894)	1.672.057	1.679.931	3.351.988
2022	5.921.801	2.184.568	8.106.369	919.780	925.921	1.845.701
2023	1.051.961	378.706	1.430.667	1.190.599	1.196.898	2.387.497
2024	(1.581.206)	(2.080.066)	(3.661.272)	1.020.352	1.027.162	2.047.514
2025	(1.159.848)	(575.961)	(1.735.809)	1.127.072	1.131.866	2.258.938
2026 a 2028	441.705	457.844	899.549	441.705	457.844	899.549
	9.359.177	9.440.332	18.799.509	9.359.177	9.440.332	18.799.509

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

8. Investimentos: Na controladora, a movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

Ano	Saldos em 31/12/2016						Saldos em 31/12/2017					
	Investimento	Ágio	Provisão para perda passiva	Resultado da equivalência patrimonial	Aumento de capital	Efeito de incorporação	Investimento	Ágio	Provisão para perda passiva	Resultado da equivalência patrimonial	Aumento de capital	Efeito de incorporação
Claro Corporate	270.202	85.523	-	(8.563)	45.300	-	306.939	85.523	-	-	-	-
MPO	3	-	(39)	-	-	-	-	-	(36)	-	-	-
Musica Argentina	-	44.427	(14.319)	55.942	-	(85.069)	-	-	(981)	-	-	-
Musica Colombia	-	-	(1.027)	2.208	-	-	-	-	1.140	-	-	-
Musica EUA	-	-	3	-	-	(42)	-	-	5.293	-	-	-
Musica México	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-	(84)
BrasiCenter	35.905	-	(12.156)	-	-	-	-	-	2.961	-	-	(197)
TdB	192.584	-	78.821	289.984	(1.541)	(90.000)	(11.500)	(282)	23.749	-	-	23.749
Star One	1.057.094	-	142.876	-	-	(215.428)	(68.516)	(673)	915.353	-	-	915.353
PMS	560.386	-	66.785	-	(288.443)	(8.903)	(39.100)	(48)	290.677	-	-	290.677
Net Brasil	209	-	187	-	-	(396)	-	-	-	-	-	-
Reyc	140.314	-	4.500	-	-	-	-	144.814	-	-	-	



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhões de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Pagamentos	Correção Juros Monetária/Cambial	Saldo em 31/12/2018
Debêntures (a)	2.523.962	1.100.000	-(199.988)	-	3.424.658
Notas promissórias (b)	1.022.275	710.000	(350.000)	(27.738)	1.654.657
Finame (c)	626.326	-	(62.000)	(31.320)	532.806
Outros	1.201	-	(1.201)	-	-
Emprestimos CCB (e)	65.037	-	(65.000)	(37)	1.200
	4.238.801	1.810.000	(1.036.407)	(258.269)	5.081.662

a) Debêntures: Em 28 de março de 2018, a Companhia realizou a emissão de 110.000 debêntures quinqüenárias (sexta emissão), não convertíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$100.000, totalizando R\$110.000.000 de principal, remuneradas a 104% do CDI, juros a serem pagos trimestralmente a partir de 28 de junho de 2018, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 28 de março de 2021. As debêntures emitidas não têm garantia. Em 25 de outubro de 2017, a Companhia realizou a emissão de 1.500.000 debêntures quinqüenárias (quinta emissão), não convertíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$100.000, totalizando R\$150.000.000 de principal, remuneradas a 102,9% do CDI, juros a serem pagos trimestralmente a partir de 16 de janeiro de 2018, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 16 de outubro de 2020. As debêntures emitidas não têm garantia da Companhia. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia liquidou 60.000 debêntures quinqüenárias (quarta emissão), não convertíveis em ações, emitidas em 03 de março de 2017, de valor nominal unitário de R\$100.000, totalizando R\$60.000.000 de principal, remuneradas a 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Os recursos obtidos foram integralmente utilizados para o repasse de passivos da Companhia. Em 01 de junho de 2017, a controladora Star One liquidou 7.700 debêntures quinqüenárias (segunda emissão), não convertíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$100.000, totalizando R\$770.000.000 de principal, remuneradas a 113,00% do CDI. Em 02 de junho de 2017, a controladora Star One fez a 3ª emissão de debêntures quinqüenárias, não convertíveis em ações, série única, no valor total de R\$1.000.000. Foram emitidas 100.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$100.000, vencimento em 23 de maio de 2019, taxa de juros remuneratórios 103,90% do CDI, a serem pagos trimestralmente a partir de 02 de setembro de 2017. Os recursos obtidos foram integralmente utilizados para o repasse de passivos da Companhia e para outros fins corporativos. As debêntures emitidas têm garantia da Companhia. b) Notas promissórias: Em 27 de novembro de 2018, a Companhia realizou a emissão de 360 notas promissórias (quarta emissão), com valor nominal unitário de R\$1.000.000, totalizando R\$360.000,000, vencimento em 22 de novembro de 2019, taxa de juros remuneratórios 102,45% do CDI, a serem pagos ao final junto com o principal. As notas promissórias emitidas não têm garantia. No vencimento, 27 de novembro de 2018, a Companhia liquidou 350 notas promissórias (terceira emissão), totalizando R\$350.000 de principal, com vencimento em 22 de novembro de 2018, taxa de juros remuneratórios 102,45% do CDI, a serem pagos ao final junto com o principal. As notas promissórias emitidas não têm garantia. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia emitiu 100 notas promissórias (segunda emissão), com valor nominal unitário de R\$100.000, totalizando R\$10.000.000, vencimento em 20 de maio de 2019, taxa de juros remuneratórios 102,40% do CDI, a serem pagos ao final junto com o principal. Os recursos obtidos foram integralmente utilizados para o repasse de passivos da Companhia e o saldo remanescente para outros fins corporativos da Companhia. As notas promissórias emitidas não têm garantia. c) Finame: Refere-se ao financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") visando à expansão e modernização da rede de serviços. A Companhia realizou o pré-pagamento de alguns contratos de operações de repasse de Finame junto ao BNDES, com o objetivo de adequar o custo da dívida à atual taxa básica de juros praticada pelo mercado. Em 20 de maio de 2018, a Companhia realizou o pré-pagamento de R\$440.933 e R\$129.918 respectivamente de principal e juros. Para todas as liberações de Finame, o prazo para amortização do valor principal é até 2022, com taxas de juros variando de 3,0% a 9,5% a.a. e UTJLP. Nas operações de Finame, os próprios equipamentos financiados se constituem em garantias fiduciárias. d) Finep: Em fevereiro de 2017, a Companhia firmou contrato com a FINEP-Financiadora de Estudos e Projetos, para a obtenção de financiamento para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação. A primeira parcela dos recursos, R\$1,5 foram liberados em abril de 2017, com o pagamento de 10 anos, sendo 3 anos de carência e taxa de juros mensais. Taxa Referencial ("TR") + 5% de spread. Em garantia a este financiamento, a Companhia apresentou uma carta fiança, e) Emprestimos Cédula de Crédito Bancário ("CCB"): Em 27 de dezembro de 2017, para atender a seus compromissos financeiros, a Companhia emitiu CCB, no valor de R\$65.000 de principal, com vencimento em 30 de janeiro de 2018 e taxa de juros remuneratórios de 107,00% do CDI. A CCB emitida não tinha garantia. Na data do vencimento, a Companhia liquidou o CCB, com juros no valor de R\$57,1. Compromissos financeiros e não financeiros: A Companhia possui compromissos financeiros e não financeiros decorrentes de operações de leasing, com prazo de 3 anos, sendo 3 meses de carência e taxa de juros mensais. Não há compromissos financeiros, além do pagamento de juros devidos nos respectivos vencimentos conforme estipulados nos contratos firmados.

13. Obrigações fiscais e tributos diferidos, líquidos:

	Controladora	Consolidado
	2018	2017
FUNTELTEL	196.087	179.309
ICMS	-	2.584
PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL	-	42.827
ISS	23.810	8.750
CIDE	30.994	29.038
Total	372	13.339
Outros	3.507	6.309
	257.770	285.062
Circulante	112.752	135.847
Não circulante	145.018	149.215

14. Contingências: A movimentação dos saldos de contingências prováveis na controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Regulatórios, civis e ambientais	Trabalhistas e previdenciárias	Total	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.615.814	4.156.785	412.843	6.285.445
Adições (reversões), líquidas	99.259	418.951	137.208	655.418
Baixas por pagamentos	(4.680)	(421.890)	(151.271)	(577.841)
Atualização monetária	343.003	38.785	3.304	385.122
Adição por incorporação	64.151	3.219	1.833	69.203
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.119.809	4.292.492	410.659	6.817.947
Adições (reversões), líquidas	1.719.188	492.450	55.482	(664.839)
Baixas por pagamentos	(5.041)	(344.815)	(149.092)	(498.948)
Atualização monetária	699.078	205.402	35.553	940.033
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.092.426	4.145.129	342.199	6.500.184

(1) Em virtude de recente decisão judicial favorável à Companhia, foi revertida a provisão de contingências, relativa à exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS e COFINS, no montante de R\$2.316.453 (R\$1.514.830 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R\$801.623 registrado no resultado financeiro). Foram constituídas provisões de contingências na Companhia no valor de R\$920.396, relacionadas principalmente à exigência de imposto de Renda decorrente da operação de venda de ativos, no âmbito da operação de venda de ativos, Contribuição Social sobre Lucro Líquido no ano-calendário 1998, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), bem como glosa de compensação de créditos do extinto Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido (ILL). Referidas provisões decorrem de decisões desfavoráveis, ocorridas no exercício final em 31 de dezembro de 2018, cujos fundamentos motivaram a reavaliação da sua probabilidade de perda para provável, pela Administração e seus consultores jurídicos. Depósitos e bloqueios judiciais:

	Controladora	Consolidado
	2018	2017
Depósitos judiciais	3.257.444	3.117.214
Bloqueios judiciais	30.583	937
Total	3.288.027	3.118.151

A situação jurídica da Companhia e das suas controladas englobam processos de natureza tributária, civil, regulatória e trabalhista. A Administração, consultada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia e das suas controladas e não estão sujeitas a necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. Segue abaixo descrição das principais contingências da Companhia e suas controladas. As contingências cujo desfecho desfavorável é considerado como possível não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37), 14.1.1. Contingências tributárias: Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos. a) ICMS: A Claro e as suas controladas PMS e CIDE, a Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2017, decorrentes, dentre outros, do suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo complemento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Deste montante, R\$11.917 em 31 de dezembro de 2018 (R\$11.565 em 31 de dezembro de 2017) são classificadas como perdas prováveis e R\$513.441 em 31 de dezembro de 2018 (R\$505.482 em 31 de dezembro de 2017) são classificadas pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis de perda. b) PIS/COFINS: A Claro e as suas controladas TdB e BrasilCenter possuem autuações fiscais de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2018 (R\$70.144 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. c) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. d) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. e) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. f) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. g) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. h) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. i) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. j) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. k) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. l) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. m) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. n) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. o) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. p) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. q) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. r) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. s) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. t) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. u) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. v) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. w) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. x) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. y) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. z) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. aa) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. ab) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. ac) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. ad) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. ae) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. af) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. ag) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. ah) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. ai) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. aj) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. ak) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.926, sendo o valor restante no montante de R\$ 2.037.111, classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos. al) IRRF: A Claro e a sua controlada TdB possuem autuações fiscais de IRRF em 31 de dezembro de 2018 (R\$25.358 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$ 109.9



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente ao plano PCV:

	31/12/2017	
	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	1.977.281	1.996.814
Rendimentos sobre ativos do plano	207.935	209.970
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	(178.977)	(184.278)
Contribuições da patrocinadora	7.303	7.336
Benefícios pagos	(128.070)	(129.496)
Saldo final	1.885.472	1.900.346

	31/12/2018	
	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	1.885.472	1.900.346
Rendimentos sobre ativos do plano	185.559	187.029
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	119.059	122.597
Contribuições da patrocinadora	5.752	5.752
Benefícios pagos	(120.807)	(122.241)
Saldo final	2.075.071	2.093.483

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano PCV (superavit irrecuperável):

	31/12/2017	
	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	(526.028)	(529.199)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	(57.021)	(57.364)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	201.726	205.929
Saldo final	(381.323)	(381.271)

	31/12/2018	
	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	(381.323)	(381.326)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	(38.819)	(38.819)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	12.301	12.299
Saldo final	(407.841)	(407.846)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações do plano PCV:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	143.057	144.925
2020	146.836	148.737
2021	150.507	152.438
2022	154.031	155.989
2023	157.341	159.324
2024 a 2028	827.070	837.184

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para o plano PCV são:

	31/12/2017	31/12/2018
Custo do serviço corrente	(609)	(637)
Juros líquido passivo (ativo)	570	574
	(39)	(63)

	31/12/2017	31/12/2018
Custo do serviço corrente	(607)	(629)
Juros líquido passivo (ativo)	336	181
	(271)	(448)

Principais premissas atuariais utilizadas: a) Fatores econômicos

(i) Taxa de desconto	9,10% a.a.
(ii) Taxa anual de inflação a longo prazo	4,00% a.a.
(iii) Crescimento dos custos médicos	5,50% a 10,50% a.a.
(iv) Crescimento dos custos médicos por faixa etária	4,00% a.a.
(v) Custo médico anual, aos 65 anos de idade	R\$11.297(1)

b) Baseado na experiência do plano com participantes aposentados nos exercícios de 2016 a 2018. **Fatores biométricos**

(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (2)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	PBD AMAP e plano de saúde: CSO 80 e PCV: CSO 58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada (2)
(iv) Rotatividade	Nula

(2) Tábuas específicas por sexo. **Análise de sensibilidade**
As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

	PCV: Mudança de tábua PBD e AMAP e plano de saúde: 1 ano de crescimento da expectativa de vida		
	Consolidado	AMAP e plano de saúde	PBD
Taxa de desconto			
Crescimento dos custos médicos			
As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:			

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2018
AMAP e plano de saúde			
PBD			
PCV			

A natureza dos investimentos dos planos, no consolidado, está alocada como segue:

	31/12/2017	31/12/2018
Ações	-	0,01%
Fundos de investimento	100,00%	94,22%
Investimentos imobiliários	-	5,49%
Outros	-	0,28%
	100,00%	100,00%

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito da Companhia na controladora e consolidado foi de R\$18.722.518, composto por ações nominativas e sem valor nominal, dividido em 88.514.514, sendo 48.329.821 ações ordinárias e 40.184.693 ações preferenciais. Em 05 de junho de 2017, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$5.875 a ser implementado por meio da capitalização de parcela da reserva especial de ágio da Companhia, a ser realizada em proveito exclusivo de sua acionista controladora, Claropar, nos termos da Instrução CVM nº 319/99, mediante a emissão de 37.557 novas ações de emissão da Companhia, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia e o valor do capital social passou de R\$18.716.643 para R\$18.722.518. b) Reserva de capital: Em 05 de junho de 2017, foi deliberado em reunião do conselho de Administração o aumento de capital na Companhia no montante de R\$5.875 oriundos de parcela da reserva especial de ágio. c) Outros resultados abrangentes: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos e perdas atuariais e reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de bens e serviços	39.616.968	41.576.294	42.847.502	43.198.791
Receita bruta de aparelhos	1.485.765	967.253	1.485.765	967.253
Deduções de vendas:				
Tributos	(10.232.721)	(10.686.640)	(10.674.115)	(10.950.319)
Descontos	(1.348.144)	(1.288.768)	(1.359.043)	(1.290.528)
Devoluções	(19.352)	(23.150)	(19.352)	(23.150)
Receita operacional, líquida	29.502.516	30.544.989	32.200.757	31.902.047

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **19. Custos e despesas por natureza:** As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(19.433.535)	(19.277.652)	(19.923.232)	(19.850.940)
Despesas comerciais	(6.912.146)	(7.176.759)	(6.966.382)	(7.254.127)
Despesas gerais e administrativas	(2.266.587)	(3.616.226)	(2.322.744)	(3.698.037)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.318.629	843.092	1.853.194	771.148
	(25.293.639)	(29.227.545)	(27.359.164)	(30.031.956)
Serviços de terceiros	(6.289.167)	(7.000.269)	(6.135.310)	(6.848.961)
Depreciação e amortização	(7.267.525)	(7.306.474)	(7.467.535)	(7.678.820)
Mão de obra própria	(3.347.757)	(3.479.020)	(3.668.555)	(3.813.100)
Interconexão	(1.617.851)	(1.760.629)	(1.739.724)	(1.754.779)
Canais de conteúdo	(3.796.460)	(3.704.500)	(3.972.493)	(3.835.449)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(1.158.888)	(1.157.547)	(1.136.168)	(1.153.814)
Taxas e contribuições	(1.278.748)	(1.395.096)	(1.207.386)	(1.414.864)
Aluguéis	(1.330.811)	(1.192.626)	(1.334.369)	(1.196.880)
Publicidade	(986.040)	(1.043.096)	(986.867)	(1.050.337)
Provisão para perdas de crédito esperadas (1)	(1.195.918)	(1.070.529)	(1.199.898)	(1.075.483)
Reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS (2)	1.353.058	-	1.353.058	-
Provisão para contingências, líquidas (3)	(1.021.381)	(466.007)	(1.022.884)	(464.669)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	2.643.849	348.248	1.158.967	255.200
	(25.293.639)	(29.227.545)	(27.359.164)	(30.031.956)

(1) Compreende, também, outras perdas com contas a receber. (2) Conforme descrito na Nota 7.1, em virtude do registro do crédito referente a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS incluem R\$138.776 de principal (ação judicial transitada em julgada em agosto de 2018) e R\$1.214.282 de principal (em dezembro de 2018). (3) Conforme descrito na Nota 14.1, em virtude de recente decisão judicial favorável à Companhia, foi revertida a provisão de contingências, relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS e COFINS, no montante de R\$1.514.830 de principal. Adicionalmente, foram reconhecidas provisões para contingências.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Receitas com operações financeiras	367.236	325.079	363.210	305.009
Atualização dos créditos dos PIS e COFINS (1)	1.400.176	-	1.400.176	-
Variações cambiais, líquidas	-	106.408	-	106.962
Variações monetárias, líquidas	-	29.822	-	28.680
	1.767.412	461.309	1.763.386	440.651
Despesas financeiras				
Despesas com operações financeiras e juros	(4.861.709)	(4.208.577)	(4.896.318)	(4.290.175)
Reversão de provisão de atualização monetária (2)	801.623	-	801.623	-
Variações cambiais, líquidas	(543.642)	-	(543.386)	-
Variações monetárias, líquidas	(25.792)	-	(26.712)	-
	(4.629.520)	(4.208.577)	(4.664.793)	(4.290.175)
	(2.862.108)	(3.747.268)	(2.901.407)	(3.849.524)

(1) Conforme descrito na Nota 7.1, em virtude do registro do crédito referente a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, incluem as atualizações monetárias líquidas no montante de R\$193.878 (ação judicial transitada em julgada em agosto de 2018) e R\$ 1.206.298 (em dezembro de 2018). (2) Conforme descrito na Nota 14.1, em virtude de recente decisão judicial favorável à Companhia, foi revertida a provisão de contingências, relativa a exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS e COFINS, no montante de R\$801.623 de atualização monetária. **21. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Corrente				
Imposto de renda	(301.484)	(10.901)	(412.866)	(67.332)
Contribuição social	(175.910)	(8.137)	(211.547)	(24.252)
	(477.394)	(19.038)	(624.413)	(91.584)
Diferidos				
Imposto de renda	36.406	541.200	(20.814)	504.408
Contribuição social	12.642	194.957	(7.894)	179.361
	49.048	736.157	(28.735)	683.769
	(428.346)	717.119	(653.148)	592.185

Algumas controladas da Companhia possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases de cálculos negativas no montante total de R\$224.768 em 31 de dezembro de 2018 (R\$229.417 em 31 de dezembro de 2017), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.795.151	(2.104.545)	2.020.156	(1.979.472)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(610.351)	715.545	(686.853)	673.020
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	152.540	110.642	(10)	(13)
Perdas com recebíveis	154.451	(64.818)	154.451	(64.818)
Juros sobre capital próprio	(11.900)	(40.500)	(6.800)	-
Prejuízos fiscais não constituídos contabilmente	-	-	1.666	(5.934)
Provisão para contingências (IRPJ/CSLL)	(99.252)	-	(99.252)	-
Outras exclusões	(10.558)	16.947	(15.911)	12.855
Outros ajustes permanentes	(3.186)	(20.697)	(439)	(22.925)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	(428.346)	717.119	(653.148)	592.185
Imposto de renda e contribuição social correntes	(477.394)	(19.038)	(624.413)	(91.584)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49.048	736.157	(28.735)	683.769
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(428.346)	717.119	(653.148)	592.185
Taxa efetiva	-23,9%	-34,1%	-32,3%	-29,9%

22. Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos: a) Valores estimados de mercado: Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas. Os saldos de mútuos com partes relacionadas aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes. Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para cada ativo. O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período. Para determinação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme abaixo, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI. Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	(1)	Nível 1	92.114
Contas a receber	(2)	Nível 2	4.804.252
			4.896.366
Passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar	(2)	Nível 2	10.813.213
Mútuos com partes relacionadas	(2)	Nível 2	23.364.398
Empréstimos e financiamentos	(2)	Nível 2	5.328
Notas promissórias	(2)	Nível 2	1.451.676
Debêntures	(2)	Nível 2	3.624.658
			39.259.273

(1) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado; (2) Custo amortizado. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados: b) **Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da

Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	92.114	152.206
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.081.662)	(4.238.801)
Endividamento líquido	4.989.548	4.086.595
Patrimônio líquido	15.108.836	12.973.912
	33,0%	31,5%

c) **Risco de taxa de câmbio:** Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos: *Risco de queda do dólar:*

Cenário I - Provável	Dólar - 5%	R\$ 3.681,1
Cenário II	Dólar - 25%	R\$ 2.906,1
Cenário III	Dólar - 50%	R\$ 1.937,4

Risco de alta do dólar

Cenário I	Dólar + 5%	R\$ 4.068,5
Cenário II	Dólar + 25%	R\$ 4.843,5
Cenário III	Dólar + 50%	R\$ 5.812,2

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas